

Conselho Municipal de Educação

Síntese da ata da 3ª Reunião Ordinária

Pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia catorze de janeiro de dois mil e quinze, na Academia da Força Aérea, teve lugar a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação de Sintra para o mandato 2014/2017.

Ponto 1 - Leitura e aprovação da ata da reunião anterior

A ata foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes na segunda reunião do presente órgão, com a abstenção de duas conselheiras por não terem estado presentes na mesma anterior.

Ponto 2 - A Educação Especial: Respostas existentes e novos caminhos a trilhar: Apresentação do Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de janeiro: Apoios especializadas a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básicos e secundário dos setores público, particular e cooperativo

A Professora Carla Hébil apresentou sumariamente o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, o qual define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo. Neste âmbito apresentou as diferentes medidas educativas dirigidas a alunos com necessidades educativas especiais, dando exemplos concretos relativamente à sua concretização, bem como aos diferentes constrangimentos sentidos em meio escolar, que dificultam a sua implementação. Para além destes aspetos, a Professora Carla Hébil evidenciou ainda o papel preponderante dos pais e encarregados de educação ao nível da participação na construção do projeto educativo individual do aluno, bem como na sua implementação e avaliação.

Foi referida a complexidade e a diversidade das variáveis presentes neste tipo de intervenção, as quais ultrapassam claramente o âmbito da escola, devendo envolver toda a comunidade. Para além disso, referiu-se ainda que o alargamento da escolaridade obrigatória implica a criação de um conjunto de respostas nesta área, ao nível do ensino secundário, dando resposta à necessidade de garantir a continuidade educativa, dos alunos que têm tido a possibilidade de apoio através das unidades de educação especial, no segundo e terceiro ciclos.

De seguida, à Dra. Célia Fernandes, da Associação Pais em Rede, efetuou a apresentação do projeto “Inclusão Socioprofissional das Pessoas com Deficiência”, o

qual resulta de uma parceria estabelecida com o Município de Sintra. Neste âmbito destacou o papel do Conselho Estratégico Empresarial ao nível da sensibilização dos empresários de Sintra para a promoção de contextos de integração de cidadãos portadores de deficiência, integrados no referido projeto.

A Dra. Célia Fernandes fez uma apresentação do projeto em causa, abordando uma série de conceitos e problemáticas, como o da inclusão, a relação entre a política, a educação e o meio empresarial, a transição dos jovens portadores de deficiência para a vida ativa e as dificuldades com que se depara o sistema educativo no processo de habilitação destes jovens com competências profissionais. O projeto “Inclusão Socioprofissional das Pessoas com Deficiência” constitui-se como um projeto-piloto ao nível da conceção e experimentação de metodologias de trabalho que facilitem a transição de jovens portadores de deficiência para a vida ativa e promovam a sua integração no mundo do trabalho, através do envolvimento, das escolas, das famílias, das empresas e da comunidade em geral, que se deve constituir como uma rede comunitária de apoio.

No seguimento da temática foram apresentados os dados referentes aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, com base nos dados relativos ao ano letivo de 2013/2014 e as respostas educativas existentes, na rede pública, por níveis de ensino, evidenciando a criação de unidades de Multideficiência e de Ensino Estruturado, no concelho. No âmbito das medidas e apoios financeiros e técnicos garantidos pela autarquia foi efetuada a apresentação do PAQUE – Programa de Apoio à Qualidade nas Escolas, mais especificamente no que diz respeito à Medida 3, dedicada à educação especial. Por fim efetuou-se uma análise do quadro comparativo do investimento municipal realizado nesta área, desde 2008, ano da publicação do Decreto-Lei n.º 3, até 2015, bem como da evolução do número de escolas/alunos beneficiários dos apoios. Tendo sido comunicado a experiência do programa de verão, em 2013/2014, dirigido a alunos com necessidades educativas especiais, o qual se prevê dar continuidade no presente ano, bem como ao projeto “Inclusão Socioprofissional das Pessoas com Deficiência”, informando sobre a fase em que o mesmo se encontra, dando nota da grande aceitação e disponibilidade manifestada pelas empresas já contactadas, no sentido de virem a acolher os jovens em contexto de tarefa/trabalho.